



20
24

Demonstrações contábeis
Itaú Seguros S.A.

30 de junho de 2024

Itaú Seguros S.A.

Relatório da Administração – 2024

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Itaú Seguros S.A. relativos aos períodos de 30/06/2024 e 31/12/2023 para contas patrimoniais e de 01/01 a 30/06 de 2024 e de 2023 para resultado, os quais seguem as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

1.1 Mercado de Seguridade

No período de janeiro a junho de 2024 o faturamento do conjunto dos mercados supervisionados pela SUSEP apresentou aumento de 15,1% em relação ao mesmo período do ano anterior, com cerca de R\$ 209,8 bilhões em vendas de seguros (prêmios emitidos), previdência (contribuição) e capitalização (arrecadação) impulsionado pelo segmento de previdência (+R\$ 18,0 bilhões).

No acumulado de janeiro a junho de 2024, a participação do mercado brasileiro de seguros, previdência e capitalização no PIB ⁽¹⁾ foi de 3,8%, um aumento de 0,2 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em junho de 2024, o total das provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização atingiu R\$ 1,7 trilhão, apresentando aumento de 13,4% em relação ao mesmo período do ano anterior.

1.2 Mercado Brasileiro de Seguros

No acumulado de janeiro a junho de 2024, os prêmios ganhos do mercado brasileiro atingiram R\$ 74,6 bilhões (líquidos de resseguro), com aumento de 8,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse crescimento foi influenciado, principalmente, pelos ramos de prestamista, vida e acidentes pessoais, grandes riscos e automóveis.

O índice de sinistralidade ⁽²⁾ do mercado de seguros alcançou 39,6% no acumulado de janeiro até junho de 2024, com redução de 0,7 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

As provisões técnicas de seguros atingiram R\$ 218,8 bilhões, aumento de 12,3% em relação a junho de 2023.

2. Desempenho

2.1 Resultados

Variações de 1º de janeiro a 30 de junho de 2024:

O lucro líquido atingiu R\$ 838,3 bilhões, um aumento de 17,8% em relação ao mesmo período de 2023, principalmente devido ao aumento de 10,3% dos prêmios ganhos, como consequência das maiores vendas no ramo prestamista.

O índice combinado ⁽³⁾ foi de 61,9%, reduzindo 2,5 p.p. em relação ao mesmo período de 2023.

2.2 Patrimonial

Variações de 30 de junho de 2024 em relação a 31 de dezembro de 2023:

O total de ativos alcançou R\$ 10,8 bilhões, redução de 0,3%, impactado principalmente por aplicações, relacionado ao pagamento de dividendos extraordinários no período.

O patrimônio líquido totalizou R\$ 3,7 bilhões, redução de 1,4%, em função do pagamento de R\$ 800,0 milhões de dividendos extraordinários no período.

As provisões técnicas somaram R\$ 4,9 bilhões, crescimento de 5,0%, principalmente relacionadas a provisão de prêmios não ganhos (PPNG), especialmente em função do aumento dos prêmios emitidos no período.

3. Negócios

Segundo dados da SUSEP, representamos 4,2% de participação no mercado no acumulado de janeiro a junho de 2024 de prêmios ganhos. Nosso negócio de seguros atua, principalmente, na oferta de produtos massificados de Vida e Acidentes Pessoas, Prestamista, Habitacional e Cartão Protegido.

Visando o melhor atendimento e experiência de nossos clientes, estamos sempre buscando soluções que atendam as demandas dos nossos clientes em todos os nossos canais de atendimento.

4. Distribuição de dividendos

Os acionistas têm direito ao dividendo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado apurado em cada exercício, conforme disposto no Estatuto Social.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e competência que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos clientes pela confiança que nos é atribuída.

São Paulo, 26 de agosto de 2024.

A Administração

(1) O percentual de participação no PIB para cada um dos mercados supervisionados é definido como a relação entre o volume de receitas do respectivo mercado e o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil a partir da estimativa do PIB mensal do Banco Central (BACEN).

(2) Obtido por meio da divisão dos sinistros retidos pelos prêmios ganhos líquidos de resseguro.

(3) O índice combinado é a soma dos sinistros retidos, despesas de comercialização (custo de aquisição), despesas administrativas, outras receitas e despesas operacionais, resultado com operações de resseguros e despesas tributárias dividida pelos prêmios ganhos mais operações de previdência. Quanto menor o indicador, melhor é o desempenho operacional.

Itaú Seguros S.A.

DIRETORIA

Diretor Presidente

Eduardo Nogueira Domeque

Diretores

Carlos Henrique Donegá Aidar

José Geraldo Franco Ortiz Junior

Lineu Carlos Ferraz de Andrade

Rita Rodrigues Ferreira Carvalho

Vinicius Santana

Atuária

Bianca Oliveira Lamounier Castello

MIBA 1694

Contador

Arnaldo Alves dos Santos

CRC 1SP210058/O-3

Sede: Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 - Torre Alfredo Egydio, 12° andar - Parque Jabaquara - São Paulo - SP

Itaú Seguros S.A.**Balço Patrimonial***(Em milhares de reais)*

Ativo	Nota	30/06/2024	31/12/2023
Circulante		6.881.261	7.051.905
Disponível - Caixa e Bancos	2c II	13.281	9.099
Aplicações	2c III, 3	4.393.003	4.609.513
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros		1.761.749	1.723.911
Prêmios a Receber	4e I	1.743.022	1.706.790
Operações com Seguradoras		16.542	14.612
Operações com Resseguradoras		2.185	2.509
Outros Créditos Operacionais		2.558	2.543
Ativos de Resseguros e Retrocessão		14.913	34.677
Títulos e Créditos a Receber		108.628	104.691
Títulos e Créditos a Receber		86.015	92.196
Créditos Tributários e Previdenciários	2c VI, 7b	21.878	12.432
Outros Créditos		735	63
Outros Valores e Bens - Outros Valores		629	38
Despesas Antecipadas		11.104	11.639
Custos de Aquisição Diferidos - Seguros	2c VII, 4f	575.396	555.794
Ativo Não Circulante		3.893.817	3.757.670
Realizável a Longo Prazo		1.741.952	1.605.231
Aplicações	2c III, 3	361.678	393.993
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros - Prêmios a Receber	4e I	212.542	143.722
Ativos de Resseguros e Retrocessão		8.633	3.870
Títulos e Créditos a Receber		858.520	784.692
Créditos Tributários e Previdenciários	2c VI, 7b	359.357	304.520
Depósitos Judiciais e Fiscais	5	403.598	388.231
Outros Créditos Operacionais		95.565	91.941
Custos de Aquisição Diferidos - Seguros	2c VII, 4f	300.579	278.954
Investimentos		97.228	95.593
Participações Societárias		69.813	65.849
Imóveis Destinados à Renda		27.207	29.536
Outros Investimentos		208	208
Imobilizado		103.398	105.472
Imóveis de Uso Próprio		77.269	76.640
Bens Móveis		10	18
Outras Imobilizações		26.119	28.814
Intangível	2c IV	1.951.239	1.951.374
Outros Intangíveis		1.951.239	1.951.374
Total do Ativo		10.775.078	10.809.575

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itaú Seguros S.A.**Balanco Patrimonial***(Em milhares de reais)*

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	30/06/2024	31/12/2023
Circulante		4.258.254	4.367.312
Contas a Pagar		426.360	713.633
Obrigações a Pagar		26.809	60.058
Impostos e Encargos Sociais a Recolher		18.704	18.072
Encargos Trabalhistas		3.238	2.256
Impostos e Contribuições	2c VI	377.609	633.247
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	2c VII	689.878	624.136
Prêmios a Restituir		51.698	48.621
Operações com Seguradoras		8.283	4.010
Operações com Resseguradoras		30.388	21.187
Corretores de Seguros e Resseguros		564.068	536.324
Outros Débitos Operacionais		35.441	13.994
Depósitos de Terceiros	4e VII	18.865	7.011
Provisões Técnicas - Seguros e Previdência	4e III, 4e IV, 2c VII	3.122.936	3.022.317
Danos		385.314	375.534
Pessoas		2.699.030	2.603.314
Vida Individual		37.764	42.537
Vida com Cobertura por Sobrevivência		828	932
Outros Débitos - Outros Valores		215	215
Passivo Não Circulante		2.835.411	2.709.406
Contas a Pagar		862.512	847.433
Obrigações a Pagar		700	20
Tributos Diferidos	2c VI, 7b	861.812	847.413
Provisões Técnicas - Seguros e Previdência	4e III, 4e IV, 2c VII	1.742.702	1.613.576
Danos		68.033	61.327
Pessoas		1.353.383	1.229.244
Vida com Cobertura por Sobrevivência		321.286	323.005
Outros Débitos - Provisões Judiciais	2c VIII, 5	230.197	248.397
Patrimônio Líquido	8	3.681.413	3.732.857
Capital Social		1.796.567	1.796.567
Reservas de Capital		108.559	107.924
Reservas de Lucros		2.615.470	2.577.162
Outros Resultados Abrangentes		(839.183)	(748.796)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		10.775.078	10.809.575

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itaú Seguros S.A.**Demonstração do Resultado***(Em milhares de reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro por ação)*

	Nota	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Operações de Seguros		1.530.029	1.357.361
Prêmios Emitidos	4e II, 10b II	3.074.348	2.798.578
Varição das Provisões Técnicas de Prêmios		(225.737)	(215.883)
Prêmios Ganhos		2.848.611	2.582.695
Sinistros Ocorridos	6a	(521.078)	(500.319)
Custos de Aquisição	6b	(746.082)	(684.072)
Outras Receitas e Despesas Operacionais		(39.828)	(39.259)
Resultado com Operações de Resseguro		(11.594)	(1.684)
Operações de Previdência		(52)	(59)
Rendas de Contribuições e Prêmios	10b II	7.724	8.466
Constituição da Provisão de Benefício a Conceder		(7.519)	(8.438)
Receitas de Contribuições e Prêmios de VGBL		205	28
Rendas com Taxas de Gestão e Outras Taxas		-	1
Varição de Outras Provisões Técnicas		(232)	(86)
Outras Receitas e Despesas Operacionais		(25)	(2)
Despesas Administrativas	6c	(334.249)	(335.636)
Despesas com Tributos		(109.865)	(102.916)
Resultado Financeiro	6d	242.409	238.992
Resultado Patrimonial		21.911	22.184
Resultado Operacional		1.350.183	1.179.926
Ganhos ou Perdas com Ativos não Correntes		31.503	6.105
Resultado Antes dos Impostos e Participações		1.381.686	1.186.031
Imposto de Renda	7a	(334.075)	(293.298)
Contribuição Social	7a	(205.398)	(176.944)
Participações sobre o Lucro		(3.905)	(3.854)
Lucro Líquido / (Prejuízo)		838.308	711.935
Quantidade de Ações	8a	138.081.175	138.081.175
Lucro Líquido / (Prejuízo) por Ação - R\$		6,07	5,16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itaú Seguros S.A.**Demonstração do Resultado Abrangente***(Em milhares de reais)*

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Lucro Líquido / (Prejuízo)	838.308	711.935
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	(90.320)	-
Varição de Valor Justo	(150.364)	-
Efeito Fiscal	60.145	-
Coligadas / Controladas	(101)	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-	105.414
Varição de Valor Justo	-	175.222
Efeito Fiscal	-	(70.089)
Coligadas / Controladas	-	281
<i>Hedge</i>	132	39
<i>Hedge</i> de Fluxo de Caixa	132	39
Coligadas / Controladas	132	39
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	(82)	9
Coligadas / Controladas	(82)	9
Varições Cambiais de Investimentos no Exterior	(117)	(10)
Total de Outros Resultados Abrangentes	(90.387)	105.452
Total do Resultado Abrangente	747.921	817.387

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Itaú Seguros S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Aumento de Capital em Aprovação	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
					Legal	Estatutária			
Saldos em 01/01/2023		1.820.600	-	107.056	325.452	1.417.131	(862.563)	-	2.807.676
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações		-	-	365	-	-	-	-	365
Total do Resultado Abrangente		-	-	-	-	-	105.452	711.935	817.387
Lucro Líquido / (Prejuízo)		-	-	-	-	-	-	711.935	711.935
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		-	-	-	-	-	105.414	-	105.414
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego		-	-	-	-	-	9	-	9
Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior		-	-	-	-	-	(10)	-	(10)
Ganhos e Perdas - <i>Hedge</i>		-	-	-	-	-	39	-	39
Destinações									
Reservas		-	-	-	35.597	676.338	-	(711.935)	-
Saldos em 30/06/2023	8	1.820.600	-	107.421	361.049	2.093.469	(757.111)	-	3.625.428
Mutações do Período		-	-	365	35.597	676.338	105.452	-	817.752
Saldos em 01/01/2024		1.796.567	-	107.924	359.313	2.217.849	(748.796)	-	3.732.857
Dividendos		-	-	-	-	(800.000)	-	-	(800.000)
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações		-	-	635	-	-	-	-	635
Total do Resultado Abrangente		-	-	-	-	-	(90.387)	838.308	747.921
Lucro Líquido / (Prejuízo)		-	-	-	-	-	-	838.308	838.308
Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	(90.320)	-	(90.320)
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego		-	-	-	-	-	(82)	-	(82)
Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior		-	-	-	-	-	(117)	-	(117)
Ganhos e Perdas - <i>Hedge</i>		-	-	-	-	-	132	-	132
Destinações									
Reservas		-	-	-	-	838.308	-	(838.308)	-
Saldos em 30/06/2024	8	1.796.567	-	108.559	359.313	2.256.157	(839.183)	-	3.681.413
Mutações do Período		-	-	635	-	38.308	(90.387)	-	(51.444)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itaú Seguros S.A.**Demonstração dos Fluxos de Caixa***(Em milhares de reais)*

	Nota	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Lucro Líquido / (Prejuízo) Ajustado		832.525	712.288
Lucro Líquido / (Prejuízo)		838.308	711.935
Ajustes para:		(5.783)	353
Depreciações e Amortizações		4.174	3.253
Receita de Atualização / Encargos de Depósitos em Garantia		(10.604)	(12.410)
Despesa de Atualização / Encargos de Provisões		5.416	6.232
Constituição / (Reversão) de Provisões para Contingências		(14.155)	6.345
Resultado de Equivalência Patrimonial		(3.501)	(3.859)
Tributos Diferidos		13.841	792
Outros		(954)	-
Variação nas Contas Patrimoniais		747.961	170.330
Ativos Financeiros		98.461	(304.025)
Créditos das Operações de Seguros e Resseguros		(147.883)	(164.252)
Ativos de Resseguros e Retrocessão		15.001	(8.187)
Depósitos Judiciais e Fiscais		(4.763)	1.981
Despesas Antecipadas		535	1.058
Outros Ativos		(6.222)	(70.589)
Outras Contas a Pagar		494.952	467.200
Débitos de Operações com Seguros, Resseguros e Previdência		65.742	14.911
Depósitos de Terceiros		11.854	1.638
Provisões Técnicas - Seguros e Previdência		229.745	239.521
Outros Passivos		(9.461)	(8.926)
Caixa Gerado / (Consumido) pelas Operações		1.580.486	882.618
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		3.922	2.183
Imposto sobre o Lucro Pagos		(781.544)	(548.700)
Caixa Líquido Gerado / (Consumido) nas Atividades Operacionais		802.864	336.101
Alienação de Imóveis Destinados à Renda		1.566	-
Alienação de Imobilizado		162	-
(Aquisição) de Imobilizado		(410)	(2.171)
Caixa Líquido Gerado / (Consumido) nas Atividades de Investimento		1.318	(2.171)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(800.000)	(346.910)
Caixa Líquido Gerado / (Consumido) nas Atividades de Financiamento		(800.000)	(346.910)
Aumento / (Redução) Líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa	2c II	4.182	(12.980)
Caixa e equivalente de caixa no início do período		9.099	21.045
Caixa e equivalente de caixa no final do período		13.281	8.065

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itaú Seguros S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 30/06/2024 e 31/12/2023 para Contas Patrimoniais e de 01/01 a 30/06 de 2024 e 2023 para Resultado

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Nota 1 - Contexto Operacional

A Itaú Seguros S.A. (ITAÚ SEGUROS ou empresa) é uma empresa do Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco, com atuação em todas as regiões do país e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar seguros dos ramos de pessoas e danos, conforme definido na legislação vigente.

O principal acionista da ITAÚ SEGUROS é a Itauseg Participações S.A. (ITAUSEG PART) com participação de 99,99%, empresa participante do Conglomerado Itaú Unibanco.

As operações da ITAÚ SEGUROS são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. (ITAÚ UNIBANCO HOLDING). Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 26 de agosto de 2024.

Nota 2 - Políticas Contábeis Materiais

a) Base de Preparação

As Demonstrações Financeiras da empresa foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades reguladas pela SUSEP, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, na forma homologada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, no que não contrariem a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores. As informações nas demonstrações financeiras e nas correspondentes notas explicativas evidenciam todas as informações relevantes inerentes às demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Conforme determina a Circular nº 648/2021 e alterações posteriores, os ativos financeiros mantidos com objetivo de negociação (Notas 2c III, 3a) são apresentados no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimento.

b) Novas Normas, Alterações e Interpretações de Normas Existentes

I - Aplicáveis para o Período Findo em 30 de junho de 2024

- Circular SUSEP nº 678/2022 - Altera a Circular SUSEP nº 648/2021 a partir de 02/01/2024, aprovando o CPC 48 - Instrumentos Financeiros e alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas e teste de adequação de passivos.

- Resolução CNSP nº 448/2022 - Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02/01/2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas.

O Pronunciamento Contábil 48 - Instrumentos Financeiros substitui o CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração é aplicável a todos os ativos e passivos financeiros e foi adotado de forma retrospectiva na data de entrada em vigor da norma. O novo pronunciamento está estruturado para abranger os pilares: (i) Classificação e mensuração de ativos financeiros, considerando o modelo de negócios no qual são administrados e as características dos seus fluxos de caixa contratuais; (ii) Redução ao valor recuperável (*impairment*); e (iii) Contabilização de cobertura (*hedge accounting*).

A Circular SUSEP nº 678/2022 e Resolução CNSP nº 448/2022 alteram, principalmente, as regras de compensação dos resultados do teste de adequação de passivo, sendo excluída a possibilidade de deduzir a diferença entre o valor justo e o valor contábil de títulos mantidos até o vencimento de eventual resultado deficitário apurado. Os normativos permitem que as supervisionadas adotem políticas contábeis para compensação dos resultados entre

grupos de contratos e reconhecimento das alterações das mudanças na taxa de juros utilizadas no cálculo em Outros Resultados Abrangentes, quando necessário reconhecimento de provisão complementar de cobertura, de forma prospectiva. Adicionalmente, há mudanças nas estimativas contábeis para cálculo da redução ao valor recuperável de prêmios e valores a receber de resseguradores.

A adoção dos normativos não acarretou redução no Patrimônio Líquido.

Transição para o CPC 48 – Instrumentos Financeiros

A ITAÚ SEGUROS realizou uma análise detalhada de seus modelos de negócios e das características dos fluxos de caixa de seus ativos financeiros, sendo que as principais alterações decorrentes da adoção do CPC 48 são exclusivamente de classificação e não acarretaram remensurações.

As categorias de classificação de ativos financeiros Mantidos até o Vencimento, Disponíveis para Venda, Mantidos para Negociação e Empréstimos e Recebíveis deixaram de existir.

Foram introduzidas três categorias de mensuração de ativos financeiros:

- **Custo Amortizado:** utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros. Os ativos financeiros classificados anteriormente em Empréstimos e Recebíveis e Mantidos até o Vencimento foram contabilizados nesta categoria.
- **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes:** utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda. Os ativos financeiros contabilizados anteriormente como Disponíveis para Venda foram classificados nesta categoria.
- **Valor Justo por meio do Resultado:** utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima. Foram registrados nesta categoria os ativos financeiros Mantidos para Negociação.

Não houve alteração na classificação de seus passivos financeiros, os quais permanecem mensurados ao custo amortizado.

A ITAÚ SEGUROS avaliou os requisitos para cálculo da perda de crédito esperada de seus ativos financeiros e não identificou montantes a serem reconhecidos.

Até 31 de dezembro de 2023, a ITAÚ SEGUROS não alterou suas políticas contábeis para Instrumentos Financeiros, que seguem a CPC 38. A seguir reconciliação dos ativos financeiros:

	CPC 38 01/01/2024	Reclassificações ⁽¹⁾	Remensurações ⁽²⁾	CPC 48 01/01/2024
	Saldo			Saldo
Mantidos para Negociação	4.186.763	(4.186.763)	-	-
Fundos de investimentos	3.269.648	(3.269.648)	-	-
Títulos de Empresas	917.115	(917.115)	-	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários	740.708	(740.708)	-	-
Notas de Crédito	176.407	(176.407)	-	-
Valor Justo por meio do Resultado	-	4.186.763	-	4.186.763
Fundos de investimentos	-	3.269.648	-	3.269.648
Títulos de Empresas	-	917.115	-	917.115
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	740.708	-	740.708
Notas de Crédito	-	176.407	-	176.407
Disponíveis para Venda	761.950	(761.950)	-	-
Títulos Públicos	340.478	(340.478)	-	-
Títulos de Empresas	421.472	(421.472)	-	-
Ações	421.472	(421.472)	-	-
Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	-	761.950	-	761.950
Títulos Públicos	-	340.478	-	340.478
Títulos de Empresas	-	421.472	-	421.472
Ações	-	421.472	-	421.472
Mantido Até o Vencimento	54.793	(54.793)	-	-
Títulos Públicos	54.793	(54.793)	-	-
Custo Amortizado	-	54.793	-	54.793
Títulos Públicos	-	54.793	-	54.793

1) Referem-se às reclassificações de ativos financeiros entre as categorias de mensuração ao valor justo e ao custo amortizado.

2) Referem-se ao ajuste ao valor justo de ativos financeiros reclassificados entre as categorias de mensuração.

Transição Provisões Técnicas

A ITAÚ SEGUROS agrupou os produtos em: Acessórios, Acidentes Pessoais, Benefícios Definidos, PGBL/VGBL, Tradicional e Vida em Grupo.

As políticas contábeis de compensação dos resultados do Teste de Adequação de Passivos e reconhecimento das mudanças na Taxa de Juros em Outros Resultados Abrangentes foram adotadas de forma prospectiva, sendo reconhecidos os ajustes identificados em 02/01/2024 em Lucros e Prejuízos Acumulados. As informações comparativas do período de 2023 não foram elaboradas conforme as novas políticas contábeis.

Decorrente das mudanças nas estimativas contábeis de redução ao valor recuperável de prêmios e valores a receber de resseguradores a ITAÚ SEGUROS reconheceu uma despesa de R\$ (8.780) no resultado do período.

c) Políticas Contábeis, Estimativas Críticas e Julgamentos Materiais

Esta nota apresenta as principais estimativas críticas e julgamentos utilizados na elaboração e aplicação das políticas contábeis específicas da ITAÚ SEGUROS. Estas estimativas e julgamentos apresentam risco material e podem ter impacto relevante nos valores de ativos e passivos devido às incertezas e ao alto nível de subjetividade envolvido no reconhecimento e mensuração de determinados itens. Desta forma, os resultados reais podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e julgamentos.

I - Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras da empresa estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação.

II - Caixa e Equivalentes de Caixa

São definidas como caixa e equivalentes de caixa, as contas correntes em bancos e as aplicações financeiras, que são prontamente conversíveis em caixa, ou seja, possuem prazo original igual ou inferior a 90 dias, e estão sujeitas a um risco insignificante de alteração no valor, considerados no Balanço Patrimonial na rubrica Disponível - Caixa e Bancos.

III - Ativos e Passivos Financeiros

Todos os ativos e passivos financeiros devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a forma como a entidade faz a gestão de seus instrumentos financeiros e as características de seus fluxos de caixa.

Ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo.

As compras e as vendas regulares de ativos e passivos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

Os títulos públicos, conforme estudo efetuado pela ITAÚ SEGUROS, são considerados ativos financeiros com baixo risco de crédito e, portanto, permanecem no estágio 1.

III.I - Ativos Financeiros Mensurado ao Valor Justo

Para mensuração do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação aplicando informações classificadas em três níveis de hierarquia, priorizando preços cotados em mercados ativos dos instrumentos.

O ajuste a valor justo de ativos e passivos financeiros é reconhecido: no Patrimônio Líquido para ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou na Demonstração Consolidada do Resultado, para demais ativos e passivos financeiros.

Para determinar os ganhos e as perdas realizadas na alienação de ativos financeiros ao valor justo, é utilizado o custo médio, os quais são registrados na Demonstração do Resultado.

As principais premissas consideradas na estimativa do valor justo são: base de dados históricos, informações de transações similares, taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros.

III.II - Instrumentos Financeiros ao Custo Amortizado

O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, acrescido dos ajustes efetuados pelo método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, e qualquer provisão para perda de crédito esperada.

Os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado. A despesa de juros é apresentada na Demonstração do Resultado, na rubrica Resultado Financeiro.

III.III - Instrumentos Patrimoniais

As ações e cotas são classificadas ao valor justo por meio do resultado. Ganhos e perdas em instrumentos patrimoniais são contabilizados na Demonstração do Resultado.

Até 31 de dezembro de 2023 as Aplicações, Ativos e Passivos Financeiros eram mensurados conforme o CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração cuja classificação desses instrumentos difere do novo normativo, pois depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos.

a) Ativos Financeiros Mantidos para Negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor justo em contrapartida ao resultado do período.

b) Ativos Financeiros Disponíveis para Venda - ativos financeiros que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor justo em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido.

c) Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento - ativos financeiros, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira da instituição para sua manutenção em carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição ou pelo valor justo quando da transferência de outra categoria. Os títulos são atualizados até a data de vencimento, não sendo avaliados pelo valor justo.

d) Empréstimos e Recebíveis - são classificados como Empréstimos e Recebíveis: Crédito das Operações com Seguros e Resseguros e Títulos e Créditos a Receber.

e) Passivos Financeiros ao Custo Amortizado - não são classificados como a valor justo através do resultado estão classificados nesta categoria e inicialmente são reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros.

Valor Justo

Para mensuração do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação aplicando informações classificadas em três níveis de hierarquia, priorizando preços cotados em mercados ativos dos instrumentos. A empresa classifica estas informações conforme a relevância dos dados observados no processo de mensuração do valor justo:

Nível 1: Informações observáveis que refletem os preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos.

Nível 2: Informações que não são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos; (iii) informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo; (iv) informações que são derivadas principalmente de dados do mercado observáveis por meio de correlação ou por outros meios.

Nível 3: Informações que não são observáveis para o ativo ou passivo permitindo a utilização de modelos e técnicas internas.

IV - Intangível

O ágio é gerado nas combinações de negócios e aquisições de participações societárias em coligadas e entidades controladas em conjunto. Representa os benefícios econômicos futuros esperados com a operação que não são individualmente identificados nem separadamente reconhecidos, não sendo amortizado.

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos adquiridos ou desenvolvidos internamente. Os ativos intangíveis são mensurados ao custo após o reconhecimento inicial e amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada.

V - Redução ao valor recuperável (*Impairment*) de ativos não financeiros

O valor recuperável dos investimentos em coligadas, ativos de direito de uso, imobilizados, ágios e ativos intangíveis é avaliado semestralmente ou quando existe indicativo de perda. A avaliação é realizada individualmente por classe de ativo sempre que possível ou por unidade geradora de caixa (UGC).

A depender da classe do ativo, o valor recuperável é estimado utilizando, principalmente as metodologias de Fluxo de Caixa Descontado, Múltiplos e Fluxo de Dividendos, utilizando uma taxa de desconto que geralmente reflete variáveis financeiras e econômicas, como a taxa de juros livre de risco e um prêmio de risco.

A avaliação do valor recuperável reflete a melhor estimativa da Administração sobre a expectativa dos fluxos de caixa futuros dos ativos individuais ou das UGC, conforme o caso.

VI - Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social é composta por tributos correntes, os quais são recuperados ou pagos no período aplicável, e diferidos, representado pelos ativos e os passivos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos, no final de cada período.

VII - Contratos das Operações de Seguro e Previdência Privada

Contratos de seguros estabelecem para uma das partes, mediante pagamento (prêmio) pela outra parte, a obrigação de pagar, a esta, determinada importância, no caso de ocorrência de um sinistro. O risco de seguro é definido quando um evento futuro e incerto, de natureza súbita e imprevista, independente da vontade do segurado, cuja ocorrência pode provocar prejuízos de natureza econômica.

Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vigência mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados.

Os planos de Previdência Privada referem-se a contratos em que estão previstos benefícios de aposentadoria após o período de acumulação de capital (conhecidos como PGBL, VGBL e FGB) garantem, na data inicial do contrato, as bases para cálculo do benefício de aposentadoria (tábua de mortalidade e juros mínimos). Os contratos especificam as taxas de anuidade e, portanto, transferem o risco de seguro para a emitente no início, sendo classificados como contratos de seguros.

Uma descrição detalhada dos produtos classificados como contratos de seguros pode ser encontrada na Nota 4.

Prêmios de Seguros

Os prêmios de seguros são contabilizados pela proporção de proteção de seguro fornecido, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e despesas de comercialização diferidas. Os juros decorrentes do fracionamento de prêmios de seguros são contabilizados quando incorridos.

A empresa constitui, caso haja evidência de perda por redução ao valor recuperável relacionada aos recebíveis de prêmios de seguros, uma provisão suficiente para cobrir tal perda, com base na análise dos riscos de realização dos prêmios a receber com parcelas vencidas.

Resseguros

No curso normal dos negócios, a empresa ressegura uma parcela dos riscos subscritos, particularmente, riscos de propriedades e de acidentes que excedam os limites máximos de responsabilidade, que entende serem apropriados para cada segmento e produto, e estão em conformidade com os limites operacionais estabelecidos pelo órgão regulador. Esses contratos permitem a recuperação de uma parcela dos prejuízos com o ressegurador.

A administração exerce seu julgamento na avaliação ao valor recuperável dos recebíveis de resseguros, com base na sua experiência e rating dos resseguradores.

Custos de Aquisição

Os custos de aquisição incluem os custos diretos e indiretos relacionados à originação de seguros. Estes custos são lançados diretamente no resultado quando incorridos, com exceção dos custos de aquisição diferidos (comissões pagas aos corretores, agenciamento e angariação), que são lançados proporcionalmente ao reconhecimento das receitas com prêmios, ou seja, pelo prazo correspondente ao contrato de seguro.

Provisões Técnicas

As provisões técnicas são passivos decorrentes de obrigações da empresa para com os seus segurados e participantes. Essas obrigações podem ter uma natureza de curta duração (seguros de danos) ou de média ou de longa duração (seguros de vida e previdência).

A determinação do valor do passivo atuarial depende de inúmeras incertezas inerentes às coberturas dos contratos de seguros e previdência, tais como premissas de persistência, mortalidade, invalidez, longevidade, morbidade, despesas, frequência de sinistros, severidade, conversão em renda, resgates e rentabilidade sobre ativos.

As estimativas dessas premissas baseiam-se nas projeções macroeconômicas, na experiência da ITAÚ VIDA, em avaliações comparativas e na experiência do atuário e buscam convergência às melhores práticas do mercado e objetivam a revisão contínua do passivo atuarial.

Teste de Adequação do Passivo

A empresa realiza, semestralmente, o teste de adequação dos passivos utilizando premissas atuariais correntes do fluxo de caixa futuro de todos os contratos de seguro e planos de previdência privada vigentes na data base do teste.

Caso a análise demonstre insuficiência esta será contabilizada no resultado do período quando proveniente de alterações no risco não financeiro de seguros e em outros resultados abrangentes, quando decorrente de mudanças na taxa de juros (ETTJ).

Os pressupostos utilizados para realizar o teste de adequação de passivo estão detalhados na Nota 4.

VIII - Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

As provisões e passivos contingentes são avaliados com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais. O tratamento contábil das provisões e passivos contingentes depende da probabilidade do desembolso de recursos financeiros para liquidar as obrigações:

- Provável: é constituída provisão.
- Possível: nenhuma provisão é reconhecida e os passivos contingentes são divulgados nas Demonstrações Contábeis.
- Remota: nenhuma provisão é reconhecida e os passivos contingentes não são divulgados nas Demonstrações Contábeis.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

As provisões cíveis, trabalhistas, fiscais e previdenciárias, garantidas por cláusulas de indenização em processos de privatização e outros, em que há liquidez, são reconhecidas quando da notificação judicial, simultaneamente com os valores a receber, não gerando efeito no resultado.

IX - Receitas e Despesas

As receitas de prêmio dos contratos de seguros são reconhecidas quando da vigência do risco, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices por meio da constituição/reversão da Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG e despesas de comercialização diferidas. As contribuições recebidas de participantes de planos de previdência privada são reconhecidas no resultado do exercício, quando efetivamente recebidas pela empresa. O Imposto sobre Operações Financeiras - IOF a recolher, incidente sobre os prêmios a receber, é registrado no passivo e é recolhido simultaneamente ao prêmio.

Nota 3 - Aplicações

A política contábil sobre ativos e passivos financeiros está apresentada na Nota 2c III.

As operações realizadas entre partes relacionadas estão detalhadas na Nota 9a.

a) Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado

	Taxa Média a.a.	30/06/2024	31/12/2023
		Valor Justo	Mantidos para Negociação
			Valor Justo
Fundos de Investimentos		3.628.469	3.269.648
Ações		6.246	50.924
Certificados de Depósito Bancário		1.710	2.769
Compromissadas		1.344.600	1.224.234
Contas a Receber / (Pagar)		4.368	3.476
Debêntures		6.974	13.093
Derivativos		1.685	3.671
Cotas de Fundos de Investimentos		134.126	118.315
Letras Financeiras		118.578	351.003
Letras Financeiras do Tesouro		1.644.320	947.768
Letras do Tesouro Nacional		118.018	204.742
Notas do Tesouro Nacional		247.844	349.653
Títulos de Empresas		449.631	917.115
Certificados de Recebíveis Imobiliários		1.474	-
Debêntures	CDI + 1,76%	363.922	740.708
Notas de Crédito	CDI + 1,52%	84.235	176.407
Total		4.078.100	4.186.763
Circulante		4.078.100	4.186.763
Não Circulante		-	-

b) Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes

	Taxa Média a.a.	30/06/2024				31/12/2023	
		Custo	Ajuste ao Valor Justo (no Patrimônio Líquido)	Perda Esperada	Valor Justo	Ativos Disponíveis para Venda	
						Valor Justo	
Títulos e Valores Mobiliários		2.017.121	(1.396.795)	-	620.326	761.950	
Títulos Públicos do Governo Brasileiro		336.269	(16.586)	-	319.683	340.478	
Notas do Tesouro Nacional	IPCA + 6%	336.269	(16.586)	-	319.683	340.478	
Títulos de Empresas		1.680.852	(1.380.209)	-	300.643	421.472	
Total		2.017.121	(1.396.795)	-	620.326	761.950	
Circulante					314.903	422.750	
Não Circulante					305.423	339.200	

c) Ativos Financeiros ao Custo Amortizado

	Taxa Média a.a.	30/06/2024			31/12/2023	
		Custo Amortizado	Perda Esperada	Custo Amortizado Líquido	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	
					Custo Amortizado	
Títulos e Valores Mobiliários		56.255	-	56.255	54.793	
Títulos Públicos do Governo Brasileiro		56.255	-	56.255	54.793	
Notas do Tesouro Nacional	IPCA + 6%	56.255	-	56.255	54.793	
Total		56.255	-	56.255	54.793	
Circulante		-	-	-	-	
Não Circulante		56.255	-	56.255	54.793	

Os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento, se avaliados a valor justo, apresentariam em 30/06/2024 um ajuste ao valor justo não contabilizado no valor de R\$ (1.512) (R\$ 2.545 em 31/12/2023).

d) Movimentação das Aplicações

	30/06/2024			31/12/2023	
	Valor Justo por meio do Resultado	Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	Custo Amortizado	Total	Total
Saldo Inicial - 01/01	4.186.763	761.950	54.793	5.003.506	3.997.403
Aplicações	2.687.664	-	-	2.687.664	4.435.604
Resgate de Principal	(2.995.137)	(9.498)	(1.617)	(3.006.252)	(4.141.721)
Resultado Financeiro	198.810	18.238	3.079	220.127	523.262
Ajustes ao Valor Justo (no Patrimônio Líquido)	-	(150.364)	-	(150.364)	188.958
Saldo Final	4.078.100	620.326	56.255	4.754.681	5.003.506

e) Distribuição dos Níveis

A tabela a seguir apresenta a abertura dos níveis de hierarquia do Valor Justo.

	30/06/2024				31/12/2023			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros								
Valor Justo por meio do Resultado	235.699	3.842.401	-	4.078.100	-	-	-	-
Fundos de Investimentos	-	3.628.469	-	3.628.469	-	-	-	-
Títulos de Empresas	235.699	213.932	-	449.631	-	-	-	-
Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	620.326	-	-	620.326	-	-	-	-
Títulos Públicos	319.683	-	-	319.683	-	-	-	-
Títulos de Empresas	300.643	-	-	300.643	-	-	-	-
Mantidos para Negociação	-	-	-	-	503.565	3.672.325	10.873	4.186.763
Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	3.269.648	-	3.269.648
Títulos de Empresas	-	-	-	-	503.565	402.677	10.873	917.115
Disponíveis para Venda	-	-	-	-	761.950	-	-	761.950
Títulos Públicos	-	-	-	-	340.478	-	-	340.478
Títulos de Empresas	-	-	-	-	421.472	-	-	421.472

f) Exposição Máxima dos Ativos Financeiros

O quadro abaixo apresenta a carteira dos ativos financeiros classificados por nível de risco em:

Classificação Interna ⁽¹⁾	30/06/2024				31/12/2023			
	Valor Justo por meio do Resultado	Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	Custo Amortizado	Total	Mantidos para Negociação	Disponível para Venda	Mantido Até o Vencimento	Total
Baixo	4.072.494	620.326	56.255	4.749.075	4.186.763	761.950	54.793	5.003.506
Médio	5.606	-	-	5.606	-	-	-	-
Alto	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	4.078.100	620.326	56.255	4.754.681	4.186.763	761.950	54.793	5.003.506
%	85,7%	13,1%	1,2%	100,0%	83,7%	15,2%	1,1%	100,0%

1) Demonstra correspondência entre os níveis atribuídos pelos modelos internos do grupo e a probabilidade de inadimplência (PD): (a) baixo PD menor ou igual a 4,44%, (b) médio PD maior que 4,44% e menor ou igual a 25,95% e (c) alto PD maior que 25,95%.

Nota 4 - Contratos das Operações de Seguro e Previdência Privada

A política contábil sobre contratos das operações de seguros e previdência privada está apresentada na Nota 2c VII.

A empresa oferece ao mercado os produtos de seguros, vida individual e vida com cobertura de sobrevivência com a finalidade de assumir riscos e restabelecer o equilíbrio econômico do patrimônio afetado do segurado. Os produtos são ofertados por meio das corretoras de seguros (de mercado e cativas), nos canais eletrônicos e agências do Itaú Unibanco, conforme exigências regulatórias, emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

a) Seguros

Contrato firmado entre partes visando proteger os bens do cliente, que mediante o pagamento de prêmio, fica protegido por meio de reposição ou reparação financeira predeterminadas, de danos que venham causar desestabilização patrimonial ou pessoal. Em contraparte, a empresa, constitui provisões técnicas, por meio de áreas especializadas dentro do conglomerado, com o objetivo de reparar a perda do segurado em caso de ocorrência de sinistros dos riscos previstos.

Os riscos de seguros comercializados pela empresa se dividem em seguros elementares e seguros de vida:

- Seguros Elementares: garantem as perdas, danos ou responsabilidades sobre objetos ou pessoas, excluída desta classificação os seguros do ramo vida.

- Seguros de Vida: incluem cobertura contra risco de morte e acidentes pessoais.

b) Vida Individual e Vida com Cobertura de Sobrevivência

- Desenvolvido como uma solução para assegurar a manutenção da qualidade de vida dos participantes, através de investimentos feitos a longo prazo, cujo produto é denominado VGBL.

c) Divulgação das tábuas, taxas de carregamento e taxas de juros dos principais produtos comercializados

Os principais produtos de seguros comercializados estão atrelados à tábua atuarial AT 83 e intervalo de carregamento de 35% a 43%.

d) Provisões Técnicas

- **Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG)** - constituída com base nos prêmios de seguros, para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer. No cálculo, considera-se o prazo a decorrer tanto dos riscos assumidos e emitidos quanto dos riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE) nas apólices ou endossos dos contratos vigentes, pelo critério *pro rata die*.

- **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)** - constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros avisados, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido, quando aplicável. Abrange valores relativos às indenizações e benefícios, incluindo atualizações monetárias, juros, variações cambiais e multas contratuais, além dos montantes estimados referentes às ações judiciais. Quando necessário, deve contemplar ajustes de IBNER (sinistros ocorridos e não suficientemente avisados) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo de regulação até a sua liquidação final.

- **Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR)** - constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido. Abrange valores relativos a indenizações, benefícios e rendas considerando os montantes referentes às ações judiciais. A metodologia de cálculo é realizada através de técnicas estatísticas e atuariais como pela aplicação de triângulos de *run-off*, com base no comportamento histórico observado.

- **Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC)** - constituída para a cobertura dos compromissos assumidos com os participantes ou segurados, com base nas premissas determinadas no contrato, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício e/ou da indenização.

- **Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBG)** - constituída para a cobertura dos compromissos de pagamento de indenizações e/ou benefícios assumidos com os participantes ou segurados, com base nas premissas determinadas no contrato, depois de ocorrido o evento.

- **Provisão Complementar de Cobertura (PCC)** - constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme apurado no Teste de Adequação de Passivos, de acordo com as determinações especificadas na regulamentação em vigor.

- **Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)** - constituída para cobertura dos valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios, contribuições ou fundos, às portabilidades a regularizar, aos prêmios recebidos e não cotizados, às rendas vencidas e aos benefícios a regularizar relativos a coberturas por sobrevivência.

- **Provisão de Despesas Relacionadas a Produtos Estruturados em Regime Financeiro de Repartição Simples (PDR) e Provisão de Despesas Relacionadas a Produtos Estruturados em Regime Financeiro de**

Capitalização e Repartição de Capitais por Cobertura (PDC) - constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a benefícios e indenizações, em função de eventos ocorridos e a ocorrer, sendo segregadas conforme o regime financeiro do produto.

e) Principais informações relativas às operações

I - Prêmios a Receber e Redução ao Valor Recuperável, considerando os Prazos Médios de Vencimento

	Vincendos		Vencidos		Redução ao Valor Recuperável		Total	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
de 1 a 30 dias	427.133	407.322	24.536	41.915	(10.022)	(7.899)	441.647	441.338
de 31 a 60 dias	214.539	213.666	11.082	9.565	(8.485)	(6.442)	217.136	216.789
de 61 a 120 dias	354.027	356.338	7.191	7.337	(6.925)	(16.022)	354.293	347.653
de 121 a 180 dias	289.194	290.578	1.210	1.268	(1.119)	(8.508)	289.285	283.338
de 181 a 365 dias	440.049	426.571	1.084	436	(472)	(9.335)	440.661	417.672
superior a 365 dias	212.288	144.103	3.520	3.447	(3.266)	(3.828)	212.542	143.722
Total	1.937.230	1.838.578	48.623	63.968	(30.289)	(52.034)	1.955.564	1.850.512

CrITÉRIOS de Parcelamento

A Seguradora utiliza como prazo médio de parcelamento na comercialização os seguintes critérios:

Seguro de Pessoas

Seguros dos ramos de Vida, Acidentes Pessoais e Prestamistas direcionados a Pessoas Físicas ou Jurídicas com pagamento de prêmio único ou prêmio mensal.

Seguros Patrimoniais

Seguros direcionados a Pessoas Jurídicas com pagamento de prêmio único ou parcelado em 1+10 vezes.

II - Prêmios a Receber - Movimentação

	30/06/2024	31/12/2023
Saldo Inicial - 01/01	1.850.512	1.629.751
Prêmios Emitidos Líquidos	3.070.263	5.754.307
Recebimentos	(2.995.147)	(5.510.425)
Redução ao Valor Recuperável ((Constituição) / Reversão)	21.745	(22.806)
Prêmios-Riscos Vigentes não Emitidos	8.191	(315)
Saldo Final	1.955.564	1.850.512

Não considera os prêmios de cosseguros cedido em Prêmios Emitidos Líquidos e Prêmios-Riscos Vigente não Emitidos no montante de R\$ 4.106 (R\$ 8.404 em 31/12/2023).

III - Saldo das Provisões Técnicas

	30/06/2024			31/12/2023		
	Seguros ⁽¹⁾	Previdência	Total	Seguros ⁽¹⁾	Previdência	Total
Prêmios não Ganhos (PPNG)	3.895.117	-	3.895.117	3.669.480	-	3.669.480
Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC) e Concedidos (PMBC)	13.820	321.286	335.106	13.856	323.070	336.926
Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)	19.139	690	19.829	23.574	723	24.297
Sinistros a Liquidar (PSL)	368.805	-	368.805	364.956	-	364.956
Sinistros / Eventos Ocorridos e não Avisados (IBNR)	224.012	-	224.012	217.385	-	217.385
Despesas Relacionadas (PDR/PDC)	22.631	138	22.769	22.705	144	22.849
Total	4.543.524	322.114	4.865.638	4.311.956	323.937	4.635.893
Circulante			3.122.936			3.022.317
Não Circulante			1.742.702			1.613.576

1) Não contempla as provisões técnicas de seguros de vida com cobertura por sobrevivência, que são alocadas na coluna de previdência.

IV - Movimentação das Provisões Técnicas

	30/06/2024			31/12/2023		
	Seguros ⁽¹⁾	Previdência	Total	Seguros ⁽¹⁾	Previdência	Total
Saldo Inicial - 01/01	4.311.956	323.937	4.635.893	3.874.096	315.090	4.189.186
(+) Adições decorrentes de prêmios / contribuições	3.074.348	7.724	3.082.072	5.745.588	16.271	5.761.859
(-) Diferimento pelo risco decorrido	(2.848.611)	-	(2.848.611)	(5.325.813)	-	(5.325.813)
(-) Pagamento de sinistros / benefícios	(465.165)	(794)	(465.959)	(915.978)	(1.734)	(917.712)
(+) Sinistros avisados	459.284	-	459.284	874.791	-	874.791
(-) Resgates	-	(18.266)	(18.266)	-	(29.007)	(29.007)
(+/-) Portabilidades Líquidas	-	(5.510)	(5.510)	-	(12.688)	(12.688)
(+) Atualização das provisões e excedente financeiro	10.476	14.781	25.257	16.998	34.731	51.729
(+/-) Outras (Constituição / (Reversão))	1.236	242	1.478	42.274	1.274	43.548
Saldo Final	4.543.524	322.114	4.865.638	4.311.956	323.937	4.635.893

1) Não contempla as provisões técnicas de seguros de vida com cobertura por sobrevivência, que são alocadas na coluna de previdência.

V - Ativos Garantidores em Cobertura das Provisões Técnicas

Os valores dos bens e direitos vinculados à SUSEP em cobertura das provisões técnicas estão demonstrados no quadro abaixo:

	30/06/2024	31/12/2023
Total das Provisões Técnicas	4.865.638	4.635.893
(-) Direitos Creditórios ⁽¹⁾	(1.396.785)	(1.169.573)
(-) Valores em Trânsito	(136)	(2)
(-) Carregamento de Comercialização - demais ramos ⁽²⁾	(293.937)	(278.102)
(-) Resseguros ⁽²⁾	(3.523)	(29.162)
Montante a ser Garantido	3.171.257	3.159.054
Títulos Públicos	375.938	395.270
Fundos de Investimentos	2.197.985	1.482.276
Títulos de Empresas	750.274	1.331.096
Garantias das Provisões Técnicas	3.324.197	3.208.642
Cobertura Excedente	152.940	49.588

1) Apurado com base na rubrica Prêmios a Receber, líquido das parcelas cedidas em cosseguros e resseguros, quando aplicável.

2) Conforme legislação em vigor as sociedades seguradoras podem deduzir do total das provisões técnicas constituídas as parcelas de prêmios e de sinistros transferidas a terceiros em operações de resseguros e retrocessão, como também, os custos de aquisição diferidos.

VI - Índices

Principais Ramos de Seguros	Comercialização % ⁽¹⁾		Sinistralidade % ⁽¹⁾	
	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Acidentes Pessoais Coletivo	31,6%	32,1%	18,4%	18,9%
Acidentes Pessoais Individual	18,3%	18,5%	37,8%	30,5%
Prestamista	20,9%	21,5%	15,3%	16,3%
Rendas Eventos Aleatórios	24,2%	24,0%	18,5%	26,6%
Riscos Diversos	42,4%	42,6%	12,5%	18,0%
Habitacional	20,4%	21,8%	11,7%	14,0%
Vida em Grupo	25,7%	26,0%	24,0%	24,0%

1) O sinistro e comercialização utilizados como base de cálculo estão líquidos de resseguro e calculados sobre prêmios ganhos líquidos de resseguros.

VII - Depósitos de Terceiros

Correspondem basicamente a cobrança antecipada de prêmios e outros depósitos com vencimento até 365 dias.

f) Custos de Aquisição Diferidos

Ramo	30/06/2024	31/12/2023
Prestamista	486.556	448.810
Vida em Grupo	156.936	158.575
Acidentes Pessoais Coletivo	112.135	114.177
Demais Ramos	120.348	113.186
Total	875.975	834.748
Circulante	575.396	555.794
Não Circulante	300.579	278.954
Saldo Inicial - 01/01	834.748	746.645
Constituições	787.309	1.491.924
Amortizações	(746.082)	(1.403.821)
Saldo Final	875.975	834.748

Prazo de Diferimento do Custo de Aquisição Diferidos - constituída com base na comissão de prêmios de seguros. No cálculo, considera-se o prazo a decorrer tanto dos riscos assumidos e emitidos quanto dos riscos vigentes e não emitidos nas apólices ou endossos dos contratos vigentes, pelo critério "pro rata die".

Os Custos de Aquisição Diferidos de resseguros estão demonstrados na rubrica do Balanço Patrimonial Ativos de Resseguros e Retrocessão.

g) Tabela de Desenvolvimento de Sinistros

I - Bruto de Resseguro

Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	368.805
(-) IBNER	117.584
(-) Retrocessão e Outras Estimativas	(12.898)
Total Apresentado na Tabela de Desenvolvimento de Sinistros (Ia + Ib)	264.119

IIb - Sinistros judiciais - líquido de resseguro

Data de Cadastro	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2024	Total
No Final do Período de Divulgação	5.867	6.574	8.392	9.235	13.069	
1 Ano Depois	15.802	16.952	18.767	24.403		
2 Anos Depois	20.410	22.540	23.993			
3 Anos Depois	23.944	27.226				
4 Anos Depois	26.442					
Estimativa Corrente	26.442	27.226	23.993	24.403	13.069	
Pagamentos Acumulados até a Data-Base	19.488	17.921	13.024	10.200	4.043	64.676
Passivo Reconhecido no Balanço	6.954	9.305	10.969	14.203	9.026	50.457
Passivo em Relação aos Períodos Anteriores						71.296
Total de Sinistros Judiciais						121.753

A abertura da tabela de desenvolvimento de sinistros entre administrativo e judicial evidencia a realocação dos sinistros administrativos até determinada data base em que se tomam judiciais, o que pode induzir a uma falsa impressão de necessidade de ajuste nas provisões em cada abertura.

III - Sinistros a Liquidar - Judiciais

	Quantidade		Valor	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Saldo Inicial - 01/01	8.615	5.244	125.899	137.851
Constituições	2.451	5.269	21.953	36.065
Baixa da provisão por êxito, alteração de estimativas ou probabilidades	(370)	(755)	(3.745)	(6.499)
Alteração da provisão por atualização monetária e juros	-	-	8.625	15.424
Pagamentos efetuados	(587)	(1.143)	(16.156)	(56.942)
Saldo Final	10.109	8.615	136.576	125.899

O valor de abertura do sinistro judicial refere-se ao valor contábil da data do registro de recebimento da ação baseado na estimativa de perda da seguradora na época, valores brutos de resseguros.

O prazo médio pendente de pagamento dos sinistros judiciais está relacionado ao prazo do desfecho do processo judicial.

h) Ressarcimentos - Ramo: Crédito Interno

Os ressarcimentos referem-se a reembolsos dos prejuízos suportados pela empresa ao indenizar dano causado por terceiros, o quadro abaixo demonstra a respectiva movimentação.

	30/06/2024	31/12/2023
Saldo Inicial - 01/01	24.484	35.569
Constituições / (Reversões)	5.303	23.956
Realizações	(6.567)	(35.041)
Saldo Final	23.220	24.484

O quadro abaixo demonstra o período das efetivas realizações e a expectativa de realização dos saldos em 30/06/2024.

Realizações		Expectativa de Realização					
jan/24	(967)	jul/24	2.369	jan/25	1.460	jul/25 a dez/25	3.270
fev/24	(1.001)	ago/24	2.074	fev/25	1.267	jan/26 a jun/26	1.010
mar/24	(1.006)	set/24	2.084	mar/25	1.222	jul/26 a dez/26	162
abr/24	(1.177)	out/24	1.908	abr/25	1.179	jan/27 a jun/27	48
mai/24	(1.336)	nov/24	1.750	mai/25	952		
jun/24	(1.080)	dez/24	1.661	jun/25	804		
Total	(6.567)						23.220

i) Teste de Adequação de Passivo

A empresa realiza o Teste de Adequação de Passivos semestralmente, confrontando o valor contabilizado de suas provisões técnicas com a estimativa corrente do fluxo de caixa de suas obrigações futuras. Considerar na estimativa todos os fluxos de caixa relacionados ao negócio é o requisito mínimo para realização do teste de adequação.

O Teste de Adequação de Passivo não indicou insuficiência significativa para reconhecimento de provisão complementar de cobertura em 2024 e 2023. Para o período, os resultados das avaliações realizadas foram:

	30/06/2024			
	PPNG	Registrados PMBAC	PMBC	Fluxos Contratados Não Registrados
Saldo inicial da Provisão Complementar de Cobertura - 01/01	-	-	-	-
Adoção inicial Circular SUSEP nº 678/22	-	-	-	-
Teste de Adequação de Passivo e Compensações	2.313.666	59	2.440	1.129.077
Seguros	2.313.637	-	-	1.117.084
Previdência	29	59	2.440	11.993
(Constituição)/Reversão da Provisão Complementar de Cobertura	-	-	-	-
Saldo Final da provisão Complementar de Cobertura	-	-	-	-

As premissas utilizadas no teste são revistas periodicamente e baseiam-se nas melhores práticas e na análise da sua experiência, representando, desta forma, as melhores estimativas para as projeções dos fluxos de caixa.

Metodologia e Agrupamento do Teste

Especificamente para os produtos de seguros, os fluxos de caixa foram projetados utilizando o método conhecido como triângulo de *run-off* com periodicidade trimestral. Para os produtos de previdência, os fluxos de caixa da fase de diferimento e da fase de concessão são testados separadamente.

O critério de agrupamento de riscos aplicado considera grupos sujeitos a riscos similares e gerenciados em conjunto como uma única carteira.

Com relação aos fluxos de resseguro, quando aplicável, os mesmos são obtidos através de uma relação dos fluxos brutos de resseguro.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:

- Tábuas Biométricas

As tábuas biométricas vêm a ser instrumentos para se medir o risco biométrico representado pela probabilidade de morte, sobrevivência ou invalidez de um participante.

Para as estimativas de morte e sobrevivência são utilizadas as tábuas BR-EMS vigentes, e para as estimativas de entrada em invalidez é utilizada a tábua Álvaro Vindas.

- Taxa de Juros Livre de Risco

A relevante estrutura a termo de taxa de juros livre de risco (ETTJ) vêm a ser um indicador do valor puro do dinheiro no tempo usado para precificar o conjunto dos fluxos de caixa projetados.

A ETTJ foi obtida da curva de títulos considerados sem risco de crédito disponíveis no mercado financeiro brasileiro divulgada pela SUSEP.

- Taxa de Conversão em Renda

A taxa de conversão em renda representa a expectativa de conversão dos saldos acumulados pelos participantes em benefício de aposentadoria. A decisão de conversão em renda por parte dos participantes é influenciada por fatores comportamentais, econômicos e tributários.

- Outras Premissas

Despesas relacionadas, sinistralidade, cancelamentos e resgates parciais, aportes e contribuições futuras, dentre outros, são premissas que impactam na estimativa de fluxos de caixa projetados à medida que representam despesas e receitas oriundas dos contratos de seguros assumidos.

j) Capital para a Atividade de Seguros

Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), Capital Mínimo Requerido (CMR) e Índice de Liquidez

O quadro abaixo demonstra o cálculo da suficiência de capital, de acordo com as resoluções vigentes:

	30/06/2024	31/12/2023
Patrimônio Líquido	3.681.413	3.732.857
(-) Participações Societárias	(69.813)	(65.849)
(-) Despesas Antecipadas	(11.104)	(11.639)
(-) Créditos tributários de prejuízos fiscais IR/bases negativas de contribuição social	-	(1)
(-) Ativos fiscais diferidos de diferenças temporárias	(342.234)	(281.531)
(-) Ativos Intangíveis ⁽¹⁾	(1.173.580)	(1.173.715)
(-) Imóveis urbanos (e direitos de vendas)	(104.476)	(106.176)
(-) Obras de arte	(208)	(208)
(-) Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(214.706)	(204.325)
Patrimônio Líquido Ajustado - Nível 1 (a)	1.765.292	1.889.413
% Nível 1 sobre CMR	198,1%	214,8%
(+) Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas	679.642	624.421
Patrimônio Líquido Ajustado - Nível 2 (b)	679.642	624.421
(+) Ativos fiscais diferidos de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR	133.667	131.926
(+) Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado	104.476	106.176
Patrimônio Líquido Ajustado - Nível 3 (c)	238.143	238.102
(-) Excesso ao limite de 15% do CMR para cobertura por PLA de nível 3 (f)	(104.476)	(106.176)
(-) Excesso ao limite de 50% do CMR para cobertura pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3 (g)	(472.228)	(422.768)
Ajuste do excesso de Patrimônio Líquido Ajustado de Nível 2 e Nível 3 (d) = menor valor entre (f) e (g)	(472.228)	(422.768)
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) = soma de (a), (b), (c) e (d)	2.210.849	2.329.168
Capital Base (e)	15.000	15.000
Capital Adicional de Risco de Subscrição	771.966	725.753
Capital Adicional de Risco de Crédito	92.291	139.437
Capital Adicional de Risco Operacional	18.426	18.000
Capital Adicional de Risco de Mercado	148.048	160.034
Benefício da Correlação entre Risco	(139.615)	(163.714)
Capital de Risco (f)	891.116	879.510
Capital Mínimo Requerido (CMR) = maior valor entre (e) e (f)	891.116	879.510
Suficiência de Capital (PLA - CMR)	1.319.733	1.449.658

1) A dedução dos ativos intangíveis considera o ágio por expectativa de rentabilidade futura, líquido da redução ao valor recuperável e das obrigações fiscais diferidas resultantes da diferença temporária associada.

Nota 5 - Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

A política contábil sobre provisões, ativos e passivos contingentes está apresentada na Nota 2c VIII.

A empresa, em decorrência do curso normal de suas atividades, poderá figurar como parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. As contingências relacionadas a esses processos são classificadas conforme a seguir:

a) Ativos Contingentes

Não existem ativos contingentes contabilizados.

b) Provisões e Contingências

I - Provisões Cíveis e Trabalhistas

	30/06/2024	31/12/2023
Cíveis	44.175	42.602
Trabalhistas	5.386	5.850
Outros Riscos	3.347	4.462
Total	52.908	52.914
Depósitos em Garantia de Recursos	7.690	8.082

No Balanço Patrimonial contempla Depósitos Judiciais de Sinistros no montante de R\$ 20.162 (R\$ 19.280 em 31/12/2023).

II - Provisões Fiscais e Previdenciárias

	30/06/2024	31/12/2023
Obrigações Legais	121.869	140.525
Ações Fiscais e Previdenciárias	55.420	54.958
Total	177.289	195.483
Depósitos em Garantia de Recursos	174.833	221.353

As principais discussões relativas a Ações Fiscais e Previdenciárias são descritas a seguir:

- PIS – Anterioridade, Nonagesimal e Irretroatividade – R\$ 34.550: pleiteia-se o afastamento das Emendas Constitucionais 10/96 e 17/97 dado o princípio da anterioridade e irretroatividade, visando recolhimento pela Lei Complementar 07/70. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 58.300.

- INSS – Autônomos, Administradores e Corretores de Seguros – R\$ 59.926: reivindica-se a não incidência sobre pagamento a autônomos, administradores e corretores, no período da Lei Complementar 84/96, alegando sua inconstitucionalidade. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 62.466.

III - Contingências não Provisionadas no Balanço

Os valores envolvidos em discussões administrativas e judiciais com risco estimado de perda possível não são objeto de provisão contábil e basicamente são compostas por:

Ações Cíveis e Trabalhistas

Nas Ações Cíveis de perda possível, o risco total estimado é de R\$ 456.341 (R\$ 422.319 em 31/12/2023).

Não existem Ações Trabalhistas de perda possível.

Ações Fiscais e Previdenciárias

As Ações Fiscais e Previdenciárias de perda possível totalizam R\$ 1.419.453 (R\$ 1.386.119 em 31/12/2023), sendo as principais discussões descritas a seguir:

- IRPJ e CSLL – Convênio de Rateio de Custos Comuns – R\$ 533.191: discussão sobre a dedução no lucro real sobre o ressarcimento de despesas do Convênio de Rateio de Custos Comuns firmado entre empresas do Conglomerado.
- PIS e COFINS – Alargamento da Base de Cálculo – Inconstitucionalidade – R\$ 331.475: alargamento da base de cálculo das contribuições ao PIS e da COFINS de faturamento para receita bruta promovido pelo §1º do art. 3º.
- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS – Usufruto Oneroso de Ações – Regime de Caixa e Competência – R\$ 228.515: em sendo tributável a receita do usufruto oneroso de ações, deve ser aplicado o regime de competência em detrimento do regime de caixa aplicado pela legislação.
- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS – Indeferimento de Pedido de Compensação – R\$ 79.843: casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado.

c) Garantias de Contingências

As garantias relativas às discussões judiciais que envolvem a empresa são compostas basicamente por valores que estão vinculados ou depositados no montante de R\$ 200.913 (R\$ 139.516 em 31/12/2023).

Nota 6 - Detalhamento de Contas

a) Sinistros Ocorridos

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Sinistros	(477.637)	(466.745)
Recuperação de Sinistros	7.057	6.848
Ressarcimentos	13.601	9.951
Varição da Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados	(6.627)	(17.903)
Serviços de Assistência	(56.176)	(31.565)
Despesas com Benefícios	(1.296)	(905)
Total	(521.078)	(500.319)

b) Custos de Aquisição

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Comissão sobre Prêmios Emitidos	(528.024)	(490.236)
Varição do Custo de Aquisição Diferido	41.217	49.446
Outros	(259.275)	(243.282)
Total	(746.082)	(684.072)

c) Despesas Administrativas

Referem-se basicamente a Convênio de Rateio de Custos Comuns R\$ (267.547) (R\$ (245.822) de 01/01 a 30/06/2023).

d) Resultado Financeiro

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Receitas Financeiras	273.417	290.711
Fundos de Investimentos	139.499	185.253
Depósitos Judiciais	11.060	19.187
Operações de Seguros	8.706	6.847
Títulos de Empresas	89.522	75.536
Outras	24.630	3.888
Despesas Financeiras	(31.008)	(51.719)
Atualização de Operações de Seguros e Previdência	(20.996)	(27.619)
Encargos sobre Tributos	(2.279)	(17.756)
Títulos de Empresas	(5.710)	(20.339)
Outras	(2.023)	13.995
Resultado Financeiro	242.409	238.992

Nota 7 - Tributos

A política contábil sobre imposto de renda e contribuição social está apresentada na Nota 2c VI.

A empresa apura separadamente, em cada exercício, o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Os tributos são calculados pelas alíquotas abaixo demonstradas e consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	15,00%

a) Despesas com Impostos e Contribuições

Demonstração do cálculo com Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido:

Devidos sobre Operações do Período	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Resultado Antes dos Impostos e Participações	1.381.686	1.186.031
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes	(552.674)	(474.413)
Acréscimos / Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:		
Resultado Patrimonial	1.512	1.544
Incentivos Fiscais	10.083	1.682
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	1.606	945
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(539.473)	(470.242)

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Ativos Fiscais Diferidos e sua movimentação estão representados por:

	Nota	31/12/2023	Realização / Reversão	Constituição	30/06/2024
Refletido no Resultado		119.741	(22.235)	22.793	120.299
Ágio na Aquisição do Investimento		10.379	(2.523)	1.682	9.538
Obrigações Legais		16.759	(4.299)	2.866	15.326
Provisões		42.786	(3.030)	3.678	43.434
Provisão para Participação nos Lucros		4.015	(4.015)	2.585	2.585
Provisões para Perdas de Outros Créditos		20.502	(140)	2.917	23.279
Outras Provisões Indedutíveis		25.300	(8.228)	9.065	26.137
Refletido no Patrimônio Líquido		161.790	-	60.145	221.935
Ajustes ao Valor Justo de Títulos Disponíveis para Venda e Outros		161.790	-	60.145	221.935
Total	7c	281.531	(22.235)	82.938	342.234

Os Ativos Fiscais Diferidos estão apresentados no Balanço Patrimonial na rubrica Créditos Tributários e Previdenciários, no valor de R\$ 381.235 (R\$ 316.952 em 31/12/2023), e estão representados por Tributos Diferidos R\$ 342.234 (R\$ 281.531 em 31/12/2023) e por Tributos a Compensar R\$ 39.001 (R\$ 35.421 em 31/12/2023).

II - O saldo de Obrigações Fiscais Diferidas e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2023	Realização / Reversão	Constituição	30/06/2024
Refletido no Resultado	847.413	(10.614)	25.013	861.812
Ativos Intangíveis	777.659	-	-	777.659
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Provisões	45.345	-	9.627	54.972
Ajustes ao Valor Justo de Títulos para Negociação	10.614	(10.614)	15.083	15.083
Outras	13.795	-	303	14.098
Total	847.413	(10.614)	25.013	861.812
Total Líquido	(565.882)	(11.621)	57.925	(519.578)

c) Estimativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

A estimativa de realização e o valor presente dos Ativos Fiscais Diferidos são:

Ano de Realização	Diferenças Temporárias	%
2024	10.399	3,0%
2025	22.958	6,7%
2026	26.389	7,7%
2027	7.012	2,1%
2028	6.109	1,8%
2029 a 2031	29.347	8,6%
2032 a 2033	240.020	70,1%
Total	342.234	100,0%
Valor Presente ⁽¹⁾	248.837	

1) Para o ajuste a valor presente foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, basicamente ao volume de operações de seguros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O Lucro Líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o Imposto de Renda e Contribuição Social em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos créditos tributários apresentada acima não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Os honorários atribuídos aos Administradores da empresa são pagos pelo Conglomerado Itaú Unibanco.

Nota 10 - Gerenciamento de Risco

a) Estrutura de Gerenciamento, papéis e responsabilidades

Em linha com as boas práticas nacionais e internacionais e para garantir que os riscos oriundos dos produtos de seguros, previdência privada e capitalização sejam adequadamente identificados, mensurados, avaliados, reportados e aprovados nos fóruns pertinentes, a empresa possui estrutura de gerenciamento de riscos, análoga à estrutura utilizada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING, cujas diretrizes são estabelecidas em normativo institucional, aprovado pelo seu Conselho de Administração, aplicável às empresas e subsidiárias expostas a esses riscos, no Brasil e exterior.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de comitês específicos, cuja atribuição é definir a administração dos recursos provenientes das Provisões Técnicas de Seguros, Previdência Privada e Capitalização, estabelecer diretrizes para administração destes recursos com objetivo de rentabilidade a longo prazo e definir modelos de avaliações, limites de risco e estratégias de alocação de recursos em ativos financeiros definidos. Tais foros são integrados não apenas por executivos e pelos responsáveis diretos pelo processo de gestão do negócio, mas igualmente por profissionais com funções de direção ou coordenação das áreas financeiras.

b) Riscos das Operações e Subscrição

A empresa oferta seus produtos aos clientes por distribuição *bancassurance* e distribuição direta. Os produtos de seguros de vida, acidentes pessoais são majoritariamente distribuídos pela operação *bancassurance*.

Os seguros de danos são seguros de curta duração e as principais premissas atuariais envolvidas no gerenciamento e precificação de seus riscos são frequência de sinistros e severidade. Volatilidade acima do esperado em quantidade de sinistros e montante de indenizações podem resultar em perdas não esperadas.

Os seguros de vida individual e vida com cobertura de sobrevivência são produtos, em geral, de média ou longa duração e os principais riscos envolvidos no negócio podem ser classificados como risco biométrico, risco financeiro, risco comportamental e risco de subscrição.

Risco biométrico refere-se a: i) aumento acima do esperado nas expectativas de longevidade em produtos com cobertura por sobrevivência (Vida com Cobertura de Sobrevivência, em sua maioria) e ii) queda acima do esperado nas expectativas de mortalidade em produtos com cobertura por morte (seguros de vida, em sua maioria).

Produtos que oferecem uma garantia financeira predefinida em contrato carregam um risco financeiro intrínseco ao seu risco de subscrição, sendo esse risco considerado como risco de seguro.

Risco comportamental refere-se ao aumento acima do esperado nas taxas de conversão em renda, resultando em aumento nas despesas com pagamento de benefícios de aposentadoria.

Os riscos de seguros e previdência, decorrem de perdas que contrariem as expectativas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING atreladas as operações de produtos comercializados nas supervisionadas SUSEP.

No risco de subscrição decorre do uso de metodologias e/ou premissas na precificação dos produtos, as quais podem se materializar de formas diferentes, contrariando as expectativas do produto ofertado: (i) Seguros é resultante da alteração no comportamento do risco em relação ao aumento na frequência e/ou severidade dos sinistros ocorridos, contrariando as estimativas de precificação; e (ii) Previdência Privada é observado no aumento na expectativa de vida ou no desvio das premissas utilizadas nas reservas técnicas.

As estimativas das premissas atuariais são baseadas na análise histórica da empresa, *benchmarks* de mercado e na experiência do atuário.

I - Efeito das mudanças nas premissas atuariais

Para mensurar o efeito de mudanças nas premissas atuariais, foram realizados testes de sensibilidade nos valores das estimativas correntes dos fluxos de caixa das obrigações futuras. A análise de sensibilidade considera uma visão dos impactos de como a alteração de premissas poderia afetar o resultado do período e o patrimônio líquido da data do balanço. Este tipo de análise comumente se dá na condição *ceteris paribus*, onde se mede a sensibilidade de um sistema quando se altera uma variável de interesse mantidas inalteradas todas as outras. Os resultados encontrados estão evidenciados no quadro a seguir:

Teste de Sensibilidade	Impacto no Resultado e Patrimônio Líquido ⁽¹⁾					
	30/06/2024			31/12/2023		
	Previdência Complementar e Vida com Cobertura por Sobrevivência	Seguros		Previdência Complementar e Vida com Cobertura por Sobrevivência	Seguros	
Bruto de Resseguros		Líquido de Resseguros	Bruto de Resseguros		Líquido de Resseguros	
Taxa de Mortalidade						
Acréscimo de 5%	58	(10.564)	(10.220)	79	(11.062)	(10.620)
Decréscimo de 5%	(61)	10.977	10.619	(82)	11.509	11.049
Taxa de Juros Livre de Risco						
Acréscimo de 0,1 p.p.	93	2.154	2.077	94	2.131	2.051
Decréscimo de 0,1 p.p.	(95)	(1.779)	(1.765)	(96)	(2.168)	(2.086)
Taxas de Conversão em Renda						
Sinistros						
Acréscimo de 5%	-	(49.112)	(47.231)	-	(47.860)	(45.902)
Decréscimo de 5%	-	49.517	47.572	-	47.860	45.902

1) Valores líquidos dos efeitos tributários.

II - Concentração de Riscos

Para a empresa não há concentração de produtos em relação aos prêmios de seguros, reduzindo o risco de concentração em produtos e canais de distribuição.

Gestão de Risco Antes e Depois de Resseguro dos Maiores Ramos de Atuação

	Prêmios Emitidos		Resseguros		Prêmios Retidos	
	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
	Vida em Grupo	476.572	527.957	591	52	477.163
Acidentes Pessoais Coletivo	504.640	432.255	5	(2)	504.645	432.253
Prestamista	855.047	659.252	-	-	855.047	659.252
Seguro Habitacional - Apólices Mercado Prestamista	356.907	326.038	(4.285)	(4.781)	352.622	321.257
Acidentes Pessoais Individual	59.758	65.070	-	-	59.758	65.070
Riscos Diversos	356.289	328.249	-	-	356.289	328.249
Rendas Eventos Aleatórios	107.064	113.416	-	-	107.064	113.416
Doenças Graves ou Terminais	114.096	131.540	-	(7)	114.096	131.533
Crédito Interno	19.566	16.798	-	-	19.566	16.798
Seguro Habitacional - Apólices Mercado Demais Cobertura	83.723	85.067	(2.452)	(2.480)	81.271	82.587
Compreensivo Empresarial	51.761	45.499	(2.316)	-	49.445	45.499
Demais Ramos	96.649	75.903	(16.473)	(2.564)	80.176	73.339
Total	3.082.072	2.807.044	(24.930)	(9.782)	3.057.142	2.797.262

Gestão de Risco Antes e Depois de Resseguro Subdividido por Área Geográfica

	Prêmios Emitidos		Resseguros, líquido de comissão		Prêmios Retidos	
	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
	Sudeste	2.434.196	2.177.450	(17.773)	(8.750)	2.416.423
Sul	275.543	267.744	(93)	1.075	275.450	268.819
Nordeste	155.426	146.751	(17)	574	155.409	147.325
Centro Oeste	148.729	155.897	(144)	(103)	148.585	155.794
Norte	59.987	59.543	(28)	(44)	59.959	59.499
Riscos Vígentes e Não Emitidos (sem distribuição regional)	8.191	(341)	(52)	(28)	8.139	(369)
Total	3.082.072	2.807.044	(18.107)	(7.276)	3.063.965	2.799.768

c) Risco Operacional, Mercado, Crédito e Liquidez

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem na realização dos objetivos

estratégicos, táticos ou operacionais. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A empresa classifica internamente seus eventos de risco em: fraude interna, fraude externa, demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho, práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços, danos a ativos físicos próprios ou em uso, interrupção das atividades, falhas em sistemas processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI), falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades.

Ações relacionadas à prevenção a fraudes são conduzidas pela área de inspetoria. Independentemente da origem, os casos específicos podem ser deliberados nos comitês de riscos e comitês de integridade e ética. A empresa possui governança estruturada através de fóruns e órgãos colegiados, que reportam ao Conselho de Administração, com papéis e responsabilidades bem definidos de forma a segregar as atividades de negócio, gestão e controle, assegurando a independência entre as áreas e, conseqüentemente, decisões equilibradas em relação aos riscos. Isto se reflete na gestão dos riscos executada de forma descentralizada, que é responsabilidade das áreas de negócio, e pelo controle centralizado, executado pela área de controles internos, *compliance* e risco operacional, através de metodologias, treinamento, certificação e monitoramento do ambiente de controles de maneira independente.

II - Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*).

A política institucional de gerenciamento de risco de mercado encontra-se aderente à Resolução CMN 4.557 e alterações posteriores, constituindo um conjunto de princípios que norteiam a estratégia no controle e gerenciamento de risco de mercado de toda a instituição.

A estratégia de gerenciamento de riscos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING busca balancear seus objetivos de negócio, considerando, dentre outros: conjuntura política, econômica e de mercado, perfil da carteira do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e capacidade de atuar em mercados específicos.

A estrutura de controle de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a função de: proporcionar visibilidade e conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, promover o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco global e sua evolução no tempo, aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados, fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio e monitorar e evitar a concentração de riscos.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de: (i) mensuração e avaliação de risco, (ii) monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, (iii) aplicação, análise e testes de cenários de estresse, (iv) reporte de risco para os responsáveis individuais dentro das unidades de negócios de acordo com a governança do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, (v) monitoramento de ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para fazê-los viáveis, e (vi) apoio ao lançamento de novos produtos financeiros com segurança.

O CMN possui regulamentos que estabelecem a segregação de exposição ao risco de mercado em fatores de risco, tais como: taxas de juros, taxas de câmbio, ações e *commodities*. Os índices de inflação brasileiros também são tratados como um grupo de fatores de risco e seguem a mesma estrutura de governança de limites.

A estrutura de limites e alertas é alinhada com as diretrizes do Conselho de Administração, sendo revisada e aprovada anualmente. Esta estrutura conta com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar sua concentração. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio, a liquidez, a complexidade e as volatilidades dos mercados, bem como o apetite de risco da instituição.

As análises do risco de mercado, em relação às operações de seguros, são realizadas com base nas seguintes métricas e medidas de sensibilidade e controle de perdas:

- Valor em Risco (*VaR - Value at Risk*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança.
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos).
- Sensibilidade (*DV01 - Delta Variation*): impacto no valor justo dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador.
- Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco, calculada a valor justo ("*MtM - Mark to Market*").

Na tabela, apresenta-se a análise de sensibilidade (*DV01 - Delta Variation*) em relação às operações de seguros:

Classe	30/06/2024		31/12/2023	
	Saldo Contábil	DV01	Saldo Contábil	DV01
Títulos Públicos				
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	665.474	(420)	777.634	(552)
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	118.018	(27)	120.468	(34)
Moedas	-	-	165	2
Títulos Privados				
Indexado a IPCA	-	-	2.230	(1)
Indexado a PRÉ	8.964	(1)	12.809	(1)
Ações	309.727	3.097	468.004	4.680
Ativos Pós-Fixados	2.101.817	-	2.162.073	-
Compromissadas Over	1.313.702	-	1.220.284	-
Total	4.517.702		4.763.667	

O saldo contábil está apresentado no Balanço Patrimonial na rubrica Aplicações, exceto as aplicações de VGBL no montante de R\$ 310.599 (R\$ 313.009 em 31/12/2023) e na rubrica Outros Créditos Operacionais - Títulos e Créditos a Receber no montante de R\$ 73.620 (R\$ 73.170 em 31/12/2023), referente a bloqueios judiciais.

III - Risco de Liquidez

A empresa identifica o risco de liquidez como o risco de escassez de recursos líquidos, disponíveis para honrar suas obrigações correntes num determinado momento. O gerenciamento do risco de liquidez para as operações de seguros é feito de forma contínua, a partir do monitoramento do fluxo de pagamentos relativo aos seus passivos, vis a vis o fluxo de recebimentos gerado pelas suas operações e pela carteira de ativos financeiros.

Os ativos financeiros são gerenciados com o objetivo de otimizar a relação entre o risco e o retorno dos investimentos, levando em conta, de forma parcimoniosa, as características dos seus passivos. O controle integrado de risco, leva em conta os limites de concentração por emissor e risco de crédito, as sensibilidades e limites de risco de mercado e o controle de risco de liquidez dos ativos. Dessa forma, os investimentos são concentrados em títulos públicos e privados com boa qualidade de crédito em mercados ativos e líquidos, mantendo montante considerável investido em ativos de curto prazo, com liquidez imediata, para fazer frente às necessidades regulares e contingenciais de liquidez. Além disso, a empresa efetua um constante monitoramento das condições de solvência de suas operações de seguros.

Passivo	Ativo	30/06/2024			31/12/2023		
		Valor do Passivo ⁽¹⁾	Duration (meses) do Passivo	Duration (meses) do Ativo	Valor do Passivo ⁽¹⁾	Duration (meses) do Passivo	Duration (meses) do Ativo
Operações de Seguros	Ativo Garantidor						
Prêmios não Ganhos (PPNG)		3.895.117	53,8	12,0	3.669.480	52,6	22,6
Eventos Ocorridos e não Avisados (IBNR), Despesas Relacionadas (PDR) e Sinistros a Liquidar (PSL)		615.448	53,8	12,0	605.046	52,6	22,6
Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)		19.139	12,8	12,0	23.574	12,6	22,6
Matemática de Benefícios a Conceder e Concedidos (PMBAC / PMBC)	Certificados de Depósito Bancário (CDB)	13.820	144,3	12,0	13.856	160,7	22,6
	Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI)						
	Debêntures						
	Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	4.543.524			4.311.956		
Operações de Previdência, VGBL e Vida Individual	Letras Financeiras (LF)						
Despesas Relacionadas (PDR)	Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	138	99,8	12,0	144	112,0	22,6
Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)	Letras do Tesouro Nacional (LTN)	690	12,8	12,0	723	12,6	22,6
Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)	Títulos Privados	11.142	99,8	56,9	10.949	112,0	63,1
Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC) - PGBL / VGBL		310.144	144,3	56,9	312.121	160,7	63,1
Subtotal		322.114			323.937		
Total Provisões Técnicas		4.865.638			4.635.893		

1) Valores Brutos de Direitos Creditórios, Depósitos Judiciais e Resseguro.

IV - Risco de Crédito

A empresa entende o risco de crédito como o risco de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Assim, para um contrato de seguro, o risco de crédito inclui o risco de que a seguradora venha a incorrer em perda financeira devido ao não cumprimento das obrigações decorrentes de um contrato, decorrente da insolvência ou falta de liquidez das resseguradoras, segurados e emissores de ativos financeiros.

IV.I – Resseguradores

As operações de resseguro são controladas por meio de política interna. Adicionalmente observamos as determinações da SUSEP quanto aos resseguradores que operamos, notadamente, o item “classificação de solvência, emitida por agência classificadora de risco”.

As operações de prêmios emitidos de resseguros estão representadas basicamente por Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros (local) com 24% (38% em 31/12/2023), Everest Reinsurance Company (admitida) com 18% (2% em 31/12/2023), Swiss RE Brasil resseguros S.A. (local) com 18% (31% em 31/12/2023), MS Amlin Insurance SE (eventual) com 7% (11% em 31/12/2023), Austral Resseguradora S.A. (local) com 6% (8% em 31/12/2023), IRB Brasil Resseguros S.A. (local) com 8% (7% em 31/12/2022) e Outras Resseguradoras com 19% (5% em 31/12/2023)

IV.II – Prêmios a receber

Para o risco de crédito decorrente dos prêmios vencidos, a empresa considera irrelevante, uma vez que os casos com pagamento de cobertura inadimplentes, segundo a regulamentação brasileira, podem ser cancelados. Ademais, a empresa possui metodologia própria para provisionar o valor recuperável de prêmios de seguros. Esta metodologia permite uma redução no valor recuperável no caso de prêmios a receber vencidos e não pagos, referentes a apólices que não tenham sido canceladas. O comportamento deste risco é monitorado trimestralmente quando ocorre a atualização do modelo.

Para visão detalhada da exposição ao risco de prêmios a serem recebidos consultar Nota 4 – Contrato das Operações.

IV.III – Aplicações

A exposição ao risco de crédito, decorrente de títulos privados utilizados como ativos garantidores para as provisões técnicas, são monitorados diariamente, por área independente à área de investimentos. O limite de exposição é aprovado em comitês superiores e reportado diariamente a aderência à área de risco de crédito e investimento.

Para visão detalhada da exposição ao risco de crédito de aplicações consultar Nota 3 – Aplicações.

Os documentos “Relatório de Acesso Público”, que detalham as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco do conglomerado, e não fazem parte das demonstrações contábeis, podem ser visualizados no site www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Itaú Unibanco, Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatórios.

Nota 11 - Informações Suplementares

a) Comitê de Auditoria Único

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432, de 12/11/2021, a empresa aderiu ao Comitê de Auditoria Único instituído pelo Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco, por intermédio da instituição Líder ITAÚ UNIBANCO HOLDING. O resumo do relatório do referido Comitê foi divulgado em conjunto com as Demonstrações Contábeis da instituição Líder.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Diretores e Acionistas da
Itaú Seguros S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Itaú Seguros S.A. (“Itaú Seguros”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Itaú Seguros S.A. em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos – Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis da Itaú Seguros S.A para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado em 26 de fevereiro de 2024, sem modificação.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Ambiente de Tecnologia da Informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, conseqüentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança.

A avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária. Uma vez que processos tecnológicos podem, eventualmente, ocasionar registro e processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia. Essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

No curso de nossos exames, envolvemos especialistas internos para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao ambiente de tecnologia, bem como na execução de procedimentos de auditoria para avaliação do desempenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia, para os sistemas considerados relevantes no contexto da auditoria, com ênfase aos processos de gestão de mudanças e concessão, revisão e revogação de acesso a usuários. Também, realizamos procedimentos para avaliar a efetividade de controles automatizados considerados relevantes, que suportam os processos significativos de negócios e os registros contábeis das operações. Por fim, realizamos testes de detalhe para avaliar o correto fluxo de informação entre sistemas, para as rotinas contábeis consideradas relevantes.

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas

Em 30 de junho de 2024, a Companhia possui obrigações oriundas de suas apólices de seguros e contratos de previdência que estão registrados nas rubricas “Provisões técnicas – Seguros e Previdência” demonstradas nas notas explicativas n.ºs. 2 (c.VII), 4 (e.III) e 4 (e.IV) das demonstrações financeiras. A determinação dos valores de provisões técnicas das apólices de seguros e contratos de previdência envolve julgamento relevante da administração na elaboração de metodologias para a mensuração dessas provisões, com base em premissas determinadas e suportadas pelas informações e experiência da equipe atuarial da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) atualização dos nossos entendimentos dos controles relevantes e testes de sua efetividade, (ii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas das apólices de seguro e contratos de previdência firmadas pela Companhia; (iii) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela administração da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (iv) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (v) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; e (vi) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixados pelo auditor, inferiores ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos

procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras intermediárias do semestre corrente, e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de agosto de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-2SP034519/O

Paula Colodete Lucas
Contadora CRC- SP290864/O